

**RELATÓRIO DA REUNIÃO**

<b>Data: 26/10/2016</b>		<b>Início: 18hs30min</b>	<b>Término: 20hs30min</b>
<b>Local: Escritório da Comissão de Moradores</b>			
<b>Reunião: Reunião de Grupo de Trabalho de Paracatu.</b>			
<b>Redação da Ata: Cristiano Pimenta Rocha</b>			
<b>Participantes Estratégicos:</b>		<b>Identificação:</b>	
<b>1</b>	Fernanda Mendes de Carvalho	Synergia Socioambiental	
<b>2</b>	Juliana M. Andrade	Synergia Socioambiental	
<b>3</b>	Cristiano Pimenta Rocha	Herkenhoff&Prates	
<b>4</b>	Ana Carolina Nunes Gonçalves	Fundação Renova	
<b>5</b>	Bruno Fialho Delfino	Fundação Renova	

**ASSUNTOS TRATADOS / DECISÕES TOMADAS:**

1. Ana Carolina Nunes Gonçalves, representante da Fundação Renova se apresenta e inicia a reunião repassando a pauta do presente encontro.
2. Débora Rosa, representante da assessoria técnica Caritas, solicita a todos que se apresentem, em função de estarem participando do primeiro encontro junto a comissão de atingidos, Fundação Renova e respectivas consultorias.
3. Todos se apresentam percorrendo brevemente sobre sua atuação profissional.
4. Débora Rosa explicita que a assessoria Caritas está se organizando para definir quais funcionários atuarão nas respectivas frentes de trabalho existentes. Ela confirma a pauta para o presente encontro.
5. Fernanda Mendes de Carvalho, representante da consultoria Synergia Socioambiental, sonda os presentes em relação à assuntos pendentes, antes de iniciar a exposição relativa ao levantamento de expectativas.
6. Tcharle do Carmo Batista, representante da comissão de atingidos de Paracatu, coloca que a questão do cemitério e da praça da nova comunidade são pendências a serem amadurecidas, pois não houve consenso da comunidade em relação à definição destes equipamentos públicos no espaço do reassentamento.
7. Ana Carolina coloca que em se tratando de reconstruções, são pontos que precisam amadurecer. Ela se coloca à disposição para receber sugestões e ouvir a comunidade novamente se necessário.
8. Juliana Andrade, representante da consultoria Synergia Socioambiental, frisa que foi consenso entre a comunidade, que o cemitério antigo de Paracatu deverá ser mantido, independente da construção de um novo cemitério na nova vila.
9. Luzia Motta Queiroz, representante da comissão de atingidos de Paracatu, informa que a área anfitriã para o reassentamento é muito longe do cemitério, e que será necessário colocar vigias para evitar depredação do cemitério.
10. Ana Carolina informa que o cemitério é um equipamento público de responsabilidade do município.
11. Débora Rosa pergunta porque algumas pessoas não queriam o cemitério no terreno de Lucila.
12. Dan Mol, representante da comissão de atingidos de Paracatu, coloca a possibilidade da empresa construir um espaço para velório no antigo cemitério.

13. Juliana realiza uma breve exposição sobre a metodologia e proposta do Levantamento de Expectativas, evidenciando como ele foi construído. Ela frisa que a atividade explora os assuntos moradia, ocupação do território, mobilidade e cultura, reflexionando e resgatando o que a comunidade possuía antes e a projeção de como desejam que ela seja no reassentamento.
14. Fernanda complementa a fala de Juliana, frisando que o resultado do Levantamento de Expectativas não é definitivo, existindo margem para modificações durante todo o andamento do processo de validação do projeto urbanístico da nova vila de Paracatu.
15. Ana Carolina evidencia que será necessário retornar com as demandas em que não foi possível se chegar a um consenso, respectivamente: o cemitério e a praça da comunidade. Ela frisa que tendo em vista este cenário, é preciso pensar quais informações devem ser colocadas com mais clareza.
16. Juliana solicita aos membros da comissão de atingidos que façam uma breve avaliação pessoal da ação do Levantamento de Expectativas.
17. Romeu comenta que o Levantamento de Expectativas proporcionou a ele enxergar o processo de forma mais transparente, frisando que não houve qualquer tipo de sigilo em relação às possibilidades para o reassentamento. Ele diz que teve a oportunidade de aprender coisas novas, podendo expandir sua mentalidade em relação à sua capacidade de compartilhar informações mais assertivas para a comunidade.
18. Tcharle comenta que o Levantamento de Expectativas representou uma oportunidade para os participantes exporem os defeitos da própria comunidade. Ele reforça que a comunidade possui grandes expectativas para a concretização do que 'saiu' no Levantamento. Tcharle inferi que o processo conferiu autonomia para a comissão em relação ao fornecimento de informações que apontam os motivos da comunidade estar sendo projetada daquela forma.
19. Hélio Sato, representante da assessoria técnica Caritas, pergunta como foi o formato de validação, e se a assembleia finaliza o processo de construção urbanística.
20. Ana Carolina explica que o projeto urbanístico terá que ser validado novamente, mas que o Levantamento em si, foi validado em assembleia. Ela explica que haverá uma nova assembleia para aprovação da planta e do projeto de construção do novo Paracatu.
21. Tcharle pergunta se existe algum resultado quantitativo da participação da comunidade, fazendo uma crítica aberta em relação à falta de interesse e aderência da comunidade aos assuntos de interesse deles próprios.
22. Fernanda explica que ainda estão realizando o cálculo da participação, que deverá ser exposto no próximo encontro de Grupo de Trabalho.
23. Juliana frisa que se a representatividade do Levantamento de Expectativas não for suficientemente satisfatória, é possível analisar e pensar alternativas para validar com o grupo inadimplente no fechamento do encontro.
24. A comissão de atingidos de Paracatu, coloca que as pessoas que participaram do encontro final provavelmente não aceitariam ter que participar novamente devido à inadimplência alheia.
25. Dan Mol Peixoto, representante da comissão de atingidos de Paracatu, informa que não recebeu convite para o encontro com o grupo dos sitiantes no Levantamento de Expectativas, tendo sido convidado somente para o encontro com o primeiro grupo que se referia à propriedade que possuía na praça Santo Antônio. Ele frisa que possuía um sítio em Paracatu, mas porém considera que a participação dos sitiantes na ação é indevida, pelo fato de que os mesmos não irão ser reassentados.
26. Fernanda responde a Dan que a Fundação Renova e a Synergia Socioambiental consideraram que os moradores de Paracatu de Cima e os sitiantes faziam uso regular dos equipamentos públicos da comunidade, e continuarão a fazê-lo após o reassentamento, credenciando então o seu direito de participação na atividade.

27. Dan coloca que não concorda que os moradores de Paracatu de Cima e os sitiantes interferissem na escolha da configuração da nova vila. Ele argumenta que não gostaria que uma pessoa que não for morar na localidade interferisse na definição de coisas como o tipo de arruamento que haverá no local.
28. Ana Carolina frisa com Dan Mol, que a participação dos sitiantes e moradores de Paracatu de Cima no Levantamento de Expectativas foi validada junto à comissão de atingidos de Paracatu, e que todos concordam que estes têm o direito à participação devido ao fato de que continuarão acessando e utilizando os equipamentos públicos na nova Vila de Paracatu.
29. É discutido as propostas de reforço para o transporte público em Paracatu.
30. Rosária comenta que gostaria de ter os mesmos vizinhos e um Paracatu. Ela frisa que não foi possível para ela participar do Levantamento de Expectativas, colocando que em sua percepção a empresa não terá condições de atender o que existia anteriormente na comunidade, porém em contrapartida poderá realizar algumas melhorias em relação à antiga comunidade.
31. Débora Rosa faz uma pontuação em relação a participação da comunidade na atividade do levantamento de Expectativas, onde segundo a mesma é preciso melhorar o quantitativo. De outra forma, Débora frisa que é necessário que fique claro para a comunidade o que no Levantamento de Expectativas não será possível empreender, para evitar desapontamentos futuros.
32. Rosaria Ferreira Frade, representante da comissão de atingidos de Paracatu, comenta que em seu ponto de vista é necessário realizar um trabalho de conscientização da comunidade em relação ao poder decisório que possuem em relação às ações de reassentamento.
33. Dan se queixa que a comunidade chega às reuniões pensando se tratar de determinado assunto, porém se deparam com um cenário diferente do que imaginavam ser.
34. Rosária indica que o formato de palestras seria o mais indicado para realizar este trabalho de conscientização da comunidade, e que estas palestras devem ser direcionadas para fazê-los entender o poder decisório de que são portadores frente ao processo de reassentamento.
35. Ana Paula, representante da Caritas Brasileiro, frisa que dependendo do resultado da porcentagem da participação, será preciso avaliar a necessidade de refazer o encontro de validação dos grupos setoriais, de acordo com a metodologia proposta pela atividade.
36. Ana Carolina reitera a fala de Ana Paula frisando que até o próximo encontro de Grupo de trabalho será possível avaliar a necessidade de readequação deste quantitativo.
37. Dan coloca que muitas vezes a comunidade tem medo de falar as coisas para a Samarco e/ou consultorias.
38. Luzia coloca a questão da sustentabilidade como fator fundamental para se pensar o novo Paracatu.
39. Luzia comenta das cachoeiras, e diz que acredita que terão tudo o que foi previsto no Levantamento de Expectativas, estando satisfeita com o resultado da ação. Ela reforça que o empenho da comunidade em colocar suas questões foi surpreendente, pois todos falaram bastante.
40. Romeu pergunta sobre o status da compra do terreno de Lucila e Toninho da Vale.
41. Bruno Fialho, representante da frente de reassentamento da Samarco, informa que existe uma equipe fundiária trabalhando, e que a Fundação Renova fez uma proposta com base no valor de mercado. Ele informa que após a apresentação da proposta aconteceu a contraproposta por parte dos proprietários, e posterior a isso houve a tréplica. Ele frisa que as negociações estão no limite.
42. Bruno esclarece também que surgiu um novo proprietário a ser abordado, respectivamente a Sra. Roseni. Ele informa que a mesma possui 2,5 hectares de terras e está disposta a negociar a propriedade. Ele complementa informando que a equipe está na expectativa da confecção do projeto urbanístico para poderem avaliar se será conveniente e necessário adquirir o terreno de Roseni.

43. Rosaria comenta que em seu ponto de vista a Fundação Renova deveria sim adquirir o terreno de Roseni, para que a mesma não fique isolada com 2,5 hectares de terras.
44. Bruno informa que para regularizar a documentação de compra do terreno é preciso adquirir no mínimo três hectares, e que talvez Roseni se disponha a vender o restante da propriedade.
45. Rosaria explica a parte burocracia existente no processo de compra e venda das propriedades para Romeu Geraldo de Oliveira, que havia feito uma queixa em relação a demora na aquisição das áreas para o reassentamento.
46. Romeu frisa que é necessário explicar para comunidade como está o atual status das negociações de aquisição dos terrenos.
47. Bruno reitera que este tipo de negociações realmente é moroso, e que paralelamente já estão realizando estudos topográficos através da empresa ERG, a fim de adiantar os estudos que serão necessários realizar.
48. José Carlos pergunta quais terrenos a Fundação Renova está adquirindo.
49. Bruno responde que estão negociando os terrenos de Toninho da Vale, Vicente Henrique todo, Roseni e Lucila.
50. Hélio Sato, sugere melhorias na comunicação com os atingidos no momento da mobilização, onde é necessário realizar uma adequação da linguagem utilizada na abordagem.
51. Tcharle levanta a hipótese do acompanhamento de membros da comissão durante as mobilizações, a fim de conferir maior credibilidade perante aos atingidos.
52. São dadas sugestões para melhoria das mobilizações, como por exemplo: contratar pessoas da comunidade para atuarem nas mobilizações.
53. Ana Carolina fecha a reunião repassando quais serão os próximos passos a serem implementados ao longo dos próximos seis meses, respectivamente: a aprovação do projeto urbanístico através de metodologia específica, aprovação do projeto ambiental, definição dos loteamentos e finalizando com o projeto das casas.
54. Rosária coloca a possibilidade da família trabalhar o esboço das casas, porém seguindo as regras do plano diretor.
55. Débora frisa que a assessoria Caritas está à disposição da comissão para auxiliar nestes processos.
56. Débora comenta que está entendendo que o Levantamento de Expectativas irá balizar o processo de definição do projeto urbanístico e arquitetônico da nova Vila de Paracatu.
57. Rosaria frisa à necessidade de conscientizar as pessoas da comunidade do que é possível solicitar em relação ao projeto das casas.
58. Sem mais assuntos a tratar a reunião se encerra.

# LISTA DE PRESENÇA:

Reunião: Reunião de Grupo de Trabalho de Paracatu					
Local: Escritório da Comissão de Atendimento			Data: 26/10/2016		Horas: 18:30
Nº	NOME	Comentário   Cidade	Faz parte de alguma instituição   Associação? Qual?	TELEFONE	ASSINATURA
1	Guilherme Guimarães Rocha	-	H&P	91224-9325	
2	Isabella Rêgo de Carvalho	-	Synapse	998308176	
3	Adriana M. Andrade		Synapse		
4	Ana Paula dos Santos Reis		Caritas		
5	Deborah Rios		Caritas	982693780	
6	Dan Mello		Comissão	988032542	
7	Thaiza N. M. Almeida		Caritas	1919171443	
8	Rita Lira		Caritas		
9	Thaís de Jesus Batista	Paracatu - BA	Comissão	983353369	
10	Procaroline N. Gonçalves		Fundação Paracatu	984354052	
11	Paula S. Oliveira	Paracatu	Comissão	98241502	
12	Diana Flávia de Faria		CEJUVIA	984135827	
13	João Carlos Francisco	Paracatu		35572611	
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					

# REGISTRO FOTOGRÁFICO: